

Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

Grupo Reflexivo com Homens: Construção de Masculinidades e Violência

Contra as Mulheres

Reflective Group with Men: Construction of Masculinities and Violence

Against Women

Grupo Reflexivo con Hombres: Construcción de Masculinidades y

Violencia contra las Mujeres

Karoline Silveira de Souza¹ & Roberta Carvalho Romagnoli²

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: karolinesouzapsi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6764-7313>

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: robertaroma1@gmail.com.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3551-2535>



RESUMO

Este texto apresenta a pesquisa-intervenção efetuada com um grupo reflexivo composto por homens acusados de violências contra as mulheres. A pesquisa teve como objetivo rastrear os processos de subjetivação imbuídos na construção de masculinidades, analisar os desafios da execução desses grupos e compreender as tensões e possibilidades desses espaços. Além do acompanhamento do grupo, realizou-se entrevistas individuais com as profissionais envolvidas no projeto. Adotou-se a Análise Institucional de Lourau como marco teórico. Os resultados apontam para uma masculinidade que pouco interroga seu processo de construção demandando ações em rede com os atores envolvidos, primordialmente com os homens.

Palavras-chave:

Masculinidades; Violência contra mulher; Análise institucional; Gênero.

ABSTRACT

This text presents the intervention research carried out with a reflective group composed of men accused of violence against women. The research aimed to track the processes of subjectivation embedded in the construction of masculinities, analyze the challenges of running these groups, and understand the tensions and possibilities of these spaces. In addition to monitoring the group, individual interviews were conducted with the professionals involved in the project. Lourau's Institutional Analysis was adopted as a theoretical framework. The results point to a masculinity that rarely questions its construction process, demanding networked actions with the actors involved, primarily with men.

Keywords:

Masculinities; Violence against women; Institutional analysis; Gender.

RESUMEN

Este texto presenta una investigación de intervención realizada con un grupo reflexivo compuesto por hombres acusados de violencia contra las mujeres. La investigación tuvo como objetivo rastrear los procesos de subjetivación imbuidos en la construcción de masculinidades, analizar los desafíos de la implementación de estos grupos y comprender las tensiones y posibilidades de estos espacios. Además del seguimiento del grupo, se realizaron entrevistas individuales a los profesionales implicados en el proyecto. Se adoptó como marco teórico el Análisis Institucional de Lourau. Los resultados apuntan a una masculinidad que poco cuestiona su proceso de construcción, demandando acciones en red con los actores involucrados, principalmente con los hombres.

Palabras clave:

Masculinidades; La violencia contra las mujeres; Análisis institucional; Género

Informações do Artigo:

Karoline Silveira de Souza

karolinesouzapsi@gmail.com

Recebido em: 15/12/2023

Aceito em: 24/02/2024

A violência contra a mulher vem historicamente sendo discutida e enfrentada pelos movimentos feministas, sendo os dados alarmantes. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontou que 1437 feminicídios foram consumados no ano de 2022 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2023), ressaltando a necessidade de abordar esse fenômeno. Como as relações de gênero são marcadas por relações de poder, esse diálogo não deve se limitar somente às mulheres; é também essencial investigar os homens que cometem essa violência.

A masculinidade, os comportamentos e papéis geralmente associados aos homens, também se desloca historicamente e passa por crises. A origem dessas crises pode ser relacionada aos séculos XVII e XVIII, com os movimentos das Preciosas Francesas, mulheres emancipadas que questionavam as constantes violências e zombarias sofridas e; com a sua militância, reclamavam os direitos de ascensão social e dignidade. Esse grupo interrogava o papel masculino vigente na tentativa de inverter o modelo do homem bruto e exigente defendido pela hegemonia masculina de poder, o patriarcado (Badinter, 1993). Nesse cenário, o patriarcado é a chave para o entendimento da materialização da compreensão de gênero, que sustenta as relações de poder. O sistema patriarcal “configura um tipo hierárquico de relação, que invade toda a sociedade”, responsável pela transformação das diferenças do gênero em desigualdades (Saffioti, 2015, p. 60).

A masculinidade é atravessada de forma contundente pela instituição patriarcal, que naturaliza a posição de inferioridade das mulheres e mantém um discurso de privilégios por meio da sustentação de um conjunto de atitudes e expectativas que definem condutas apropriadas aos homens, de modo a manter seu lugar de autoridade e superioridade (Connell, 1995). Ao estudar a masculinidade cisheteronormativa, Medrado et al. (2021) aponta três eixos que a orientam: a recusa do lugar de cuidado, seja de si ou de outros, a rejeição do cuidado com a própria saúde e o posicionamento impositivo no ambiente doméstico. Esses eixos trazem danos para a vida física e psicológica daqueles submetidos a experiências limitadas pela cobrança de papéis; sendo assim, a masculinidade é construída “socialmente, histórica, mutável e relacional” (Garcia, 1998, p. 36).

Na tentativa de enfrentar essas hierarquias e expectativas, o grupo reflexivo com homens autores de violência contra a mulher serve como “espaço de reflexão, tendo como desafio penetrar nas múltiplas camadas de sentidos, sentimentos e barreiras/resistências para, por fim, ter a potência de estimular novas formas de pensamento” (Belarmino & Leite, 2020, p. 11). Trata-se de dispositivo importante e necessário, já que percebemos a precária convocação dos homens a se responsabilizarem por seus atos violentos. Essa precariedade se ampara na ausência de reconhecimento da violência ou na invalidação dos atos violentos. Entendemos que essa convocação é imprescindível, pois a “masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero” e incide diretamente na violência contra a mulher (Connell, 1995, p. 188). Para isso, os grupos reflexivos que provocam a masculinidade a questionar sua posição e imposições direcionadas a si e aos demais podem incentivar questionamentos nunca problematizados pelos participantes.

Os grupos reflexivos para homens autores de violência contra mulheres são, de certa maneira, recentes. Retomando o contexto histórico do surgimento das práticas de grupo com homens autores de violência, as primeiras intervenções geralmente eram realizadas por Organizações não Governamentais (ONGs), financiadas no âmbito de organizações internacionais ou municipais. O primeiro registro de um programa de atuação com esse público foi o *Emerge: Counseling and Education to Stop Domestic Violence* que surgiu em Boston (EUA) em 1977 (Bernardes & Mayorga, 2017). No Brasil, as primeiras experiências ocorreram na década de 1990 (Scott & Oliveira, 2018). Antes mesmo da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006), já existiam programas que atuavam com essa temática, tais como: o Instituto PAPAI (Recife), o Instituto Promundo (Rio de Janeiro) e o Instituto Noos (Rio de Janeiro), como indicam Tokuda & Souza (2022). O crescimento e o avanço dessa prática estão

relacionados às demandas das próprias mulheres, à possibilidade de interromper violências reiteradas em diferentes relações e à transmissão intergeracional dos padrões de violência (Bernardes & Mayorga, 2017).

Neste contexto, os objetivos desta pesquisa foram: rastrear os processos de subjetivação dos homens autores de violência acerca da construção de masculinidades e analisar os sentidos dos papéis de gênero a partir das falas dos participantes do grupo. Além disso, esse estudo buscou compreender os desafios e potencialidades presentes na execução de um grupo com esse público.

Método

Este estudo se insere na linha de pesquisa-intervenção, metodologia que evita a separação postulada pela ciência entre campos de intervenção e de análise (Rossi & Passos, 2014). Para isso, associa-se o/a pesquisador/a e a população pesquisada para a produção coletiva de conhecimento, considerando que o campo de investigação é também o espaço concreto de intervenção. Na interface entre o saber e o fazer, essa modalidade de pesquisa acompanha processos nas situações cotidianas, sustentando a dimensão relacional e interativa para conhecer o mundo que nos cerca, abrindo-se para o heterogêneo e o plural.

Nessa perspectiva, acompanhou-se, após autorização da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade (SUPEC) e pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, um grupo reflexivo com homens acusados de violência contra a mulher. Os participantes do grupo foram encaminhados pelo sistema judicial a partir de medidas cautelares e protetivas, com participação obrigatória sob pena de descumprimento de determinação judicial, executada por duas analistas sociais do Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais (CEAPA), responsáveis pela realização do grupo. A escolha do grupo para acompanhamento ocorreu junto à direção do programa. Optou-se por um grupo de Belo

Horizonte executado de modo virtual, considerando as regras estabelecidas pelas analistas de que todos os participantes, inclusive elas, mantivessem a câmera de vídeo aberta e o áudio desligado quando não estivessem falando. Além disso, era exigido uma assinatura da lista de presença no *chat* da plataforma utilizada, *Google Meet* e *prints* a serem registrados. Condições estas que se não fossem cumpridas, resultavam no informe do descumprimento ao Poder Judiciário.

Após consulta à supervisão da equipe e às duas analistas que coordenaram a prática, realizou-se interação no período de 26 de abril de 2022 a 19 de julho de 2022, considerando as diretrizes condicionantes postuladas pela SUPEC. O estudo iniciou-se com a solicitação da autorização dos participantes por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o anonimato na apresentação da análise dos dados. Os integrantes do grupo, incluindo as analistas, estão aqui representados como “participante” recebendo um número que os diferencia.

O grupo foi composto inicialmente por dez participantes, mas, no decorrer da execução, houve uma desistência. Assim, a prática foi concluída com nove integrantes. Foram realizados 13 encontros, com duas horas de duração cada. Na data de 26 de julho de 2022 foram realizadas entrevistas virtuais e individuais com cada uma das duas analistas do programa responsáveis pelo acompanhamento do grupo. Para essas entrevistas havia um roteiro semiestruturado, com perguntas norteadoras, abrindo espaço para diálogos abertos com o intuito de reconhecer os desafios presentes na condução de práticas como essas e as afetações em mulheres que exercitam sua escuta com homens acusados de práticas de violência.

Para ambas as atividades, a gravação das falas não foi permitida pela gestão responsável da unidade e, desse modo, as informações aqui analisadas estavam descritas no diário de bordo alimentado durante cada encontro. Para Barros e Passos (2019), enquanto registro de trabalho,

o diário de bordo ganha “a função de dispositivo, não para concluir o trabalho, mas como disparador de desdobramentos da pesquisa” (p. 172-173). Deste modo, no decorrer da investigação, o diário foi alimentado a cada encontro, representando a oportunidade de historiar dois grandes marcadores daquele processo: os registros de falas e comportamentos não verbais dos participantes, bem como as impressões da própria pesquisadora acerca dos desafios que surgiam da participação em campo.

Essa participação, de acordo com os preceitos da pesquisa-intervenção para a produção de dados, inseriu-se no campo da partilha de saberes e afetações. Durante os encontros, a proposta direta de intervenção aos participantes foi singela tendo em vista o contexto complexo que ali se apresentava. Em contrapartida, a cada final de encontro, a abertura maior de um espaço de troca, entre as analistas e pesquisadora, permitiu a ampliação de um campo de análise e de intervenção que possibilitou tecer críticas, propor atividades e dizer das afetações.

Com o intuito de apresentar breve descrição sociodemográfica dos participantes, foi solicitado à SUPEC, via *site* de acesso à informação, dados para sua caracterização. Percebe-se, conforme a Tabela 1, a incidência de maiores de 30 anos e que informam o uso de drogas lícitas. Fica evidente pela fala dos participantes no grupo reflexivo a ocorrência de consumo de álcool. Em alguns elementos, os demais dados apontam para uma diversidade de informações que revela maiores destaques, como a moradia nas regiões Nordeste e Oeste de Belo Horizonte. Com relação à renda, cinco participantes optaram por não informar; três apresentavam renda superior a R\$ 6.060,00; e dois declararam salários entre R\$ 1.212,00 até R\$ 3.636,00.

No percurso investigativo, as constantes reflexões acerca de como conduzir o estudo e de como manter a postura investigativa tornaram-se indispensáveis, especialmente na forma de interpelação do direcionamento ético e dos impactos na população estudada. Denominado na

França de *praticien-chercheur* (Penido, 2015), o *status* síncrono de uma pessoa pesquisadora e profissional alerta para os desafios que podem surgir diante da proposta de pesquisar aquilo com o que se trabalha, já que essa prática é atravessada pelas expectativas e interesses de uma só pessoa com duas perspectivas diferentes, gerando tensões.

Tabela 1*Dados Sociodemográficos dos Homens Participantes*

Pessoa (P)	Bairro	Regional	Faixa etária	Estado Civil	Renda	Situação ocupacional	Uso de drogas Lícitas	Uso de Drogas ilícitas
1	Barreiro	Barreiro	60 anos ou mais	Divorciado	Mais do que R\$ 6.060,00	Autônomo com Previdência	Sim	Não
2	Vila Oeste	Oeste	30 a 39 anos	Solteiro	Não quis informar	Empregado sem CT	Sim	Não
3	Anchieta	Centro Sul	30 a 39 anos	Divorciado	Mais do que R\$ 6.060,00	Autônomo com Previdência	Não	Não
4	Salgado Filho	Oeste	30 a 39 anos	União Estável	Acima de R\$ 2.424,00 até R\$ 3.636,00	Empregado com CT	Sim	Não
5	Grajau	Oeste	40 a 49 anos	Casado	Mais do que R\$ 6.060,00	Funcionário Público	Não	Não
6	Vista Alegre	Oeste	50 a 59 anos	Solteiro	Acima de R\$ 1.212,00 até R\$ 2.424,00	Empregado sem CT	Não	Não
7	Cachoeirinha	Nordeste	40 a 49 anos	Casado	Não quis informar	Funcionário Público	Sim	Não
8	Nova Cachoeirinha	Nordeste	50 a 59 anos	Casado	Não quis informar	Autônomo sem Previdência	Sim	Não
9	Barragem de Santa Lucia	Nordeste	40 a 49 anos	União Estável	Não quis informar	Autônomo com Previdência	Sim	Não

Nota. Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (2021)

Tendo como fundamentação os pressupostos e conceitos da Análise Institucional, na perspectiva de René Lourau (2004), o presente estudo entende as instituições enquanto normas e sistemas de regras, integram-se no processo de formação de sujeitos. Essas instituições podem reproduzir o que já existe, o que é dominante sob o viés do instituído ou inovar, deslocar o que está dado como estabelecido, sob a força do instituinte. Essas duas forças estão presentes no processo de institucionalização e no cotidiano das instituições, causando tensões e conflitos necessários para o processo de transformação. Afinal, somente a partir destes conflitos é possível executar uma importante etapa da análise institucional: a revelação dos mecanismos subjacentes presentes na estrutura social. A revelação destes elementos torna-se importante por permitir o surgimento do instituinte e seus pressupostos, tão necessário para os processos de transformação. Destarte, os conflitos se expressam por meio dos analisadores, situações que emergem no campo e que permitem conhecer o instituído e revelar o instituinte. Essas contradições foram focalizadas em nosso estudo.

Resultado e Discussão

A análise do material produzido foi realizada nos estudos e no campo a partir da categorização dos elementos centrais surgidos nas falas dos participantes do grupo reflexivo. Deste modo, falas com alto poder de intervenção e que sintetizavam conteúdos mais polemizados, foram destacadas como títulos, devido a seu potencial como analisador. Destarte, destacam-se as seguintes falas de homens participantes: “Ser homem é horrível; é pagar pecado sem ter pecado”; “O que é permitido para elas não é permitido para gente”; “Como que chama isso, grupo palestra ou punição?; “Não pode chamar de branquelo, negão, o mundo tá com muita hipocrisia”; e, por fim, “Excluir é violento?”, apresentadas a seguir.

“Ser Homem é Horrível, é Pagar Pecado sem Ter Pecado”

Dante do questionamento “O que é ser homem para você?”, os participantes apontaram as seguintes características: ser digno, trabalhador, honesto, provedor do lar e ajudar na casa, denotando a forma hegemônica demandada pela sociedade. Esses apontamentos, que surgem após indagações das analistas do grupo para promover o diálogo, revelam as demandas instituídas para a masculinidade nos meandros do cotidiano e presentes em seu processo de construção. Dessa maneira, a socialização não se faz apenas pela via pedagógica, em que os comportamentos são ensinados, mas perpassa o processo de subjetivação enquanto força instituída e naturalizada, que produz corpos por ela afetados e alienados.

Entrelaçada aos conceitos de gênero e patriarcado, a masculinidade não pode ser deslocada do seu contexto histórico, encontrando-se intimamente ligada às transformações sociais que sustentam seu significado. Badinter (1993) afirma que a virilidade pode não ser algo tão natural quanto parece, e o ser homem é um imperativo, carregado da expressão “seja homem”. Esse posicionamento se afasta do discurso dominante, que localiza uma suposta predeterminação da masculinidade como uma faceta instituída em nossa sociedade.

Assim, a demanda de adaptação para corresponder a essas normas instituídas pode levar a uma crise pessoal, como pontuado por Connell (1995), já que o papel hegemônico exclui não apenas aqueles que não se encaixam, mas também as partes de si que não se adequam a esse ideal. O reconhecimento do ônus relacionado à construção da masculinidade ainda se mostra distante, e o tema não foi muito explorado pelos participantes do grupo. O silenciamento torna-se regra imposta nesses corpos, considerando que “o pequeno homem deve aprender a aceitar o sofrimento – sem dizer uma palavra e sem ‘amaldiçoar’ – para integrar o círculo restrito dos homens” (Welzer-Lang, 2001 p. 463).

Apesar de a frase que compõe este item demonstrar essa contradição, revelando um “não dito”, e apesar também de o relatório realizado por um grupo de instituições denominado “Silêncio dos homens” denunciar que homens se suicidam quatro vezes mais do que mulheres (Anjos, 2019), os grupos reflexivos podem representar o espaço que autoriza o sujeito a dizer sobre o que lhe dói para além do estereótipo. Por exemplo, como pode-se observar no relato do “Participante 1” que expõe suas dificuldades ao dizer: “cheguei a ficar 15 dias sem dormir, já quis morrer, pensei em suicídio”.

A masculinidade se constrói na interface entre sofrimento e violência e equilibra-se entre ser submetido ao modelo e obter privilégios a partir dessa mesma hegemonia. Welzer-Lang (2001) salienta a violência intragênero executada e sofrida pelos homens no seu processo de formação. Esse sofrimento que atinge a masculinidade pode dificultar o reconhecimento de algum comportamento violento, seja como vítima ou algoz. O sofrimento intrínseco ao processo de construção da masculinidade emerge no grupo apenas como resultado da acusação de violência. O “Participante 3” menciona: “me sinto constrangido de ser processado pelo que não fiz”. Esse incômodo surge como uma sensação de “não escuta” diante do processo judiciário, porque, majoritariamente, os participantes são inseridos no grupo primeiro; apenas posteriormente são contactados e ouvidos pelo juiz, provavelmente devido ao alto volume de demandas e à sobrecarga do sistema judiciário. De modo geral, no grupo e pelo próprio judiciário, os participantes relatavam a impossibilidade de expressar suas emoções, embora este fosse um espaço para isso, revelando que a relação patriarcado-capitalismo também contribui para esse processo de subjetivação da masculinidade.

O discurso da meritocracia, propagado pela lógica neoliberal, expõe o corpo masculino ao sofrimento “necessário” para afirmar-se como homem trabalhador. Connell (1995) aponta que uma das políticas da masculinidade apresenta uma tendência a modelos exemplares desenhados, por vezes, pelo homem empresário capitalista, que subordina os demais.

A importância de poder trabalhar é reiterada em falas como esta do “Participante 1”, que ressalta: “pensa em alguém que trabalha, sou eu... aprendi aos sete anos quando trabalhava catando papel”. Essas falas vêm de um morador de aglomerado, de classe baixa, que se orgulhava de sua trajetória profissional. Após ser catador de papel, ele havia se tornado proprietário de um pequeno bar na comunidade, conquistado por seu esforço e, portanto, determinante em sua masculinidade.

A lógica patriarcal-capitalista coloca a masculinidade associada à competitividade e o campo do trabalho como medidor de valor. Nolasco (1993) salienta a importância do trabalho para a produção da masculinidade, evidenciada nas falas dos participantes que muitas vezes mencionavam sua posição no mercado de trabalho para afirmarem-se como “trabalhador e honesto”: motorista de aplicativo, dono de pequeno comércio, agente penitenciário, psicólogo, dentre outros.

Em contrapartida, o sofrimento imbuído no processo de tentativa de correspondência das expectativas contemporâneas aparece de forma camouflada no grupo, com o embotamento das violências sofridas por eles próprios, como a exploração de trabalho infantil, em defesa do discurso meritocrático. O “Participante 3” compartilha: “comecei a trabalhar com cinco anos de idade, já fui engraxate”. Seu relato não trazia consigo a consciência dos impactos dessa exploração em seu processo de formação, pelo contrário, reforçava o discurso do suposto homem trabalhador.

A relação entre afetividade e mercado de trabalho também se manifesta no papel da paternidade, que aparece na fala dos participantes ligada à perspectiva de ofertar sustento financeiro, reforçando o lugar do pai provedor e de uma mãe cuidadora e reproduzindo os papéis de gênero instituídos em nossa sociedade. As responsabilidades diárias da paternidade foram pouco mencionadas pelos participantes, que focaram nas atividades referentes ao suporte financeiro e às ações de buscar e levar a criança até a escola. Assim, os homens sustentam a justificativa de precisarem prover para seus filhos mais do que se relacionarem com estes; deles se ocupam após a carga horária de trabalho, que, por sua vez, os mantêm mais fora de casa do que dentro. Essa implicação da paternidade é imbuída nos discursos que localizam a mulher em determinada posição social e que permeiam a relação com seu oposto, a masculinidade.

“O Que é Permitido Para Elas Não é Permitido Para Gente”

No encontro, os homens se queixaram de relações desiguais com as mulheres. Nessa direção, o “Participante 5” atesta: “vi uma matéria que essa lei está aumentando a violência contra a mulher”, defendendo que a denúncia e a decepção do homem conduziriam a um enfurecimento e, consequentemente, a respostas mais violentas. Rosa e Falcke (2014) consideram a complexidade das relações violentas, evidenciando que “homens e mulheres agredem e são agredidos. Por um olhar sistêmico, faz-se necessário o entendimento de como se constrói um relacionamento violento e quais os fatores que influenciam na sua manutenção” (p. 19), ainda que, em um cenário de violências mútuas, as mulheres sofrem maiores danos. A masculinidade se sustenta na dominação; porém, no grupo, os homens buscavam se isentar desses atos violentos. O homem agressivo procura se afastar desse lugar de algoz porque sente “vergonha de ir na padaria, no supermercado, porque ela espalhou que bati nela”, diz o “Participante 7”, de maneira ressentida.

Mesmo com essa negação, há reconhecimento da violência por parte da justiça; outra barreira ainda precisava ser ultrapassada em relação à aceitação do início do processo judicial. Percebemos que, para os participantes, o ato da denúncia é mais grave do que a prática da própria violência. O “Participante 8” reconhece a agressão física, porém contesta a denúncia e aponta: “eu teria feito como ela fez? Ela tinha direito, eu sei, mas eu faria?”, e finaliza com: “ela me chateou muito, dentro da justiça é legal, mas...”.

Para Nolasco (1993), a socialização dos homens favorece essa tomada da fantasia como realidade, e o suposto poder conferido a eles valida essa postura. Pelos relatos dos homens no grupo, observamos a ausência de reflexões acerca dos elementos adoecedores de suas relações amorosas, que já sinalizavam relações de poder assimétricas e violentas mesmo antes da agressão. De fato, “no fundo, parece que ambos, homens e mulheres, casam-se com o poder” (Saffioti, 2015, p. 33). Assim, relacionar-se é reeditar a diferença permeada pela desigualdade, podendo manter ou ressignificar essa assimetria e, na ausência de conectar a si, o homem pode encontrar dificuldades ao se conectar ao outro. Consequentemente, o processo de reconhecimento e avaliação da relação conjugal demanda o desvelamento das normas que impedem a masculinidade de se unir a seus afetos, como vimos anteriormente.

Entre os participantes, um encontro específico foi dedicado a discutir a comunicação não violenta “como forma de suavizar as relações”, nos termos da “Participante analista 1”. Esse tema foi trabalhado com projeção de vídeos e espaço para diálogo. Contudo, as anotações do diário de campo apontam que “após o vídeo ninguém quis comentar”; após alguns minutos de silêncio, breves comentários circularam dentre eles, por exemplo: “essas conversas dá [sic] sono, estou até tomando café, senão eu durmo”.

Nolasco (1993) enfatiza o advento da revolução industrial como um dos causadores da crise da masculinidade, quando mulheres passam a acessar comportamentos antes naturalizados para o homem, provocando conflitos nas relações. Agora ocupando espaços outrora masculinizados, a mulher é rechaçada por condutas antes exercidas pelos homens. Esse posicionamento aparece nas falas do grupo em críticas como: “a gente está saindo do machismo e elas estão entrando”, de acordo com o “Participante 9” após escutar uma mulher citando uma possível traição ao marido. Ele acrescenta: “a mulher bebe mais que homem, vai um homem acompanhar uma mulher bebendo, nossa, não dá”, sugerindo que o consumo do álcool isolado reafirma a inexistência dessa desigualdade.

Para Connell (1995), o rompimento do papel sexual das mulheres possibilitaria aos homens romperem com o seu. No entanto, a dificuldade de reconfigurar sua própria função junto às pressões exercidas pelas mulheres para essas transformações gerou incômodos, pois estes se veem “sem lugar”, como retrata o “Participante 8” após denúncia realizada pela companheira. Ao mesmo tempo em que delegava à mulher o lugar de alvoz, o mesmo participante afirmava: “eu sinto ingratidão, o que eu fiz toda mulher gostaria que um homem fizesse”, posicionando-se como vítima irrefletida de suas situações.

Por outro lado, Lourau (2004) insiste nas tensões existentes nas instituições, entendendo-as como processo necessário e significativo para produzir mudanças e para que o espaço coletivo possa se tornar a ambiência necessária para desvelar os afetos e a desconstrução da masculinidade. Diante disso, com a experiência do grupo, pode-se oportunizar reflexões necessárias, ainda que o formato venha com seus desafios.

“Como que Chama Isso, Curso, Palestra ou Punição?”

A importância dos grupos com homens acusados de prática de violência foi reiterada em 2020, quando foi sancionada a Lei nº 13.984 (2020), a qual “pauta como possibilidade de medida protetiva de urgência o comparecimento obrigatório dos ‘agressores’ aos centros de educação e de acompanhamento psicossocial” (Belarmino & Leite, 2020, p. 2). Entretanto, em nossa pesquisa intervenção, os grupos reflexivos de gênero com homens, facilitados por mulheres, expõem tensões deles para elas, como: a não autorização das mulheres para falarem sobre masculinidade; a resistência que parece direcionar às facilitadoras os sentimentos oriundos do processo; e a postura que visa conquistar as mulheres facilitadoras, provando ser um homem “bom”. Além disso, o atendimento virtual desafiou os participantes a aprenderem a manejar o aplicativo da plataforma, a acessar uma internet de qualidade e a superar os desafios de “esfriamento das relações”, comenta a “Participante analista 2” que, por outro lado, pôde facilitar o cumprimento dos que residiam longe.

Dos desafios do grupo, a participação obrigatória determinada pelo poder judiciário, é vivenciada como forma de punição. Os homens acreditam que este deveria ser composto somente por quem já foi condenado. Essa sensação de castigo aparece associada à ideia de que as mulheres também deveriam pagar com a mesma “punição”. Afinal, “elas deviam participar também, porque eu tô perdendo tempo de trabalho e ela tá de boa, né?”, ressalta o “Participante 4”. A resistência de participação ampara-se na justificativa de que a imposição afeta seu desempenho no mercado de trabalho: “perdi o emprego fixo por causa dessas audiências toda terça-feira”, relata o “Participante 4”. No grupo, os participantes também demonstram desconfiança em relação ao conhecimento das profissionais sobre masculinidades e práticas de violência contra a mulher. A “Participante analista 2” destaca o questionamento subjacente nas falas dos participantes: “vocês mulheres falando sobre isso?”, acrescido de: “ele me chamava

de menina, questão de idade”. A suposta superioridade masculina aparece no grupo com a interrupção das falas das analistas e sua exclusão. Todavia, o fato de serem representantes do poder público pode atuar enquanto compensador das assimetrias de poder, pois elas devem informar ao judiciário o cumprimento integral da medida.

Por fim, os impasses dessa prática revelam uma sobrecarga de serviços como “limite institucional do profissional e do trabalhador que chega ao esgotamento pelo volume de trabalho”, como diz a “Participante analista 1”. Somado a uma ausência de capacitação que trate especificamente de gênero e masculinidade como elementos a serem desenvolvidos, fica claro que “a capacitação não é suficiente... ao falar de gênero, sou eu mesma, pela minha trajetória que sei”, relata a “Participante analista 2”.

Por outro lado, nem tudo é instituído, e o ambiente do grupo pode, conforme a “Participante analista 1”, ser “potencial para reflexão”, o que é evidente a partir de relatos que apontavam: “temos que desaprender a misoginia, um passo de cada vez”, (“Participante 6”). Por fim, na execução dos grupos de responsabilização, o processo de aprendizado precisa transcender a pedagogização padronizada, pois esta arrisca distanciar os sujeitos da responsabilidade por aquele espaço e por suas reflexões. Desta maneira, a trajetória, de um passo de cada vez, precisa se tornar uma construção conjunta, em que, permeada por contradições, possa se promover o deslocamento da masculinidade instituída por meio de uma responsabilização mais ativa.

“Não Pode Chamar de Branquelo, Negão, o Mundo tá com Muita Hipocrisia”

A questão do racismo foi outra problemática tratada, como questões muitas vezes naturalizadas no Brasil, de modo a ocultar a masculinidade negra em uma sociedade não somente patriarcal, mas também racista. A naturalização do instituído em nossa sociedade, fundada “no esquecimento de suas origens” (Lourau, 2004, p. 73), emergiu no grupo. O

“Participante 2”, negro, recorda e retoma a trajetória da população historicamente subordinada em um contexto de escravidão ao relatar: “a gente já sofreu tanto, ficamos 388 anos escravizados... sem acesso a estudos... não temos chefes negros, então temos que começar a refletir, começar a pensar”. Esse mesmo participante, aliás, solicitou transferência de grupo porque sentiu-se violado por discursos racistas proferidos naquele espaço, algo contornado pelas analistas durante os encontros.

Nesse contexto, revela-se também o sofrimento dos corpos de mulheres pretas, que historicamente são objetificados pela dominação sobretudo masculina e branca. Gonzalez (2020) aponta o fato de que no Brasil os “casamentos inter-raciais” nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante” (p. 44). E no grupo, a mulher negra é novamente objetificada – mesmo que isso não seja reconhecido –, conforme o “Participante 5”, de pele branca, deseja “deixar claro que não sou racista, tive um relacionamento com uma mulher negra”. A branquitude, para Schuman e Gonçalves (2020), é carregada de significado de superioridade construída socio-historicamente dentro da cultura ocidental, e também aparece no grupo em formas de discursos que favorecem as camadas brancas privilegiadas e responsabilizam os negros por suas mazelas. Essas falas tornaram-se comuns, bem como a negação do racismo. O “Participante 9” relata: “eu vi no programa do Ratinho uma fala de Agnaldo Timóteo dizendo que *nós* [grifo nosso] negros somos os mais racistas, afinal, homem somente quer ficar com loira, então dizer que racismo existe, aí não concordo”. Para Fanon (2008), a indiferença à cor é uma maneira de ofertar suporte a uma cor específica: a branca. A relação existente na escolha da masculinidade negra pela mulher branca é imbuída de elementos passíveis de análise.

Para Gonzalez (2020), o “racismo cultural também é internalizado por um setor que também é discriminado, não se percebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia do branqueamento” (p. 52). A negritude se vê amalgamada em um insidioso discurso da democracia racial e da meritocracia, que torna desnecessário o diálogo de suas pautas e responsabiliza os negros por não alcançarem a hegemonia. Deste modo, o neoliberalismo desresponsabiliza o Estado pelas desigualdades presentes na sociedade atual e responsabiliza o próprio homem negro por entraves em sua busca desenfreada por experiências fundadas na rivalidade com a hegemonia branca. Sem dúvida, as políticas públicas detêm importante papel para o enfrentamento da desigualdade. Por outro lado, com a ausência do Estado, o embate entre forças antagônicas em um processo grupal se torna crucial para ressignificar pensamentos que, em outros contextos, seriam ignorados.

Com o conservadorismo instaurado nos últimos quatro anos em um governo de extrema direita, no Brasil, o desmonte das políticas públicas e a desinformação por meio de *fake news* promoveram o fortalecimento da aposta em uma desigualdade estrutural do país. Sobre isso, o “Participante 2” afirma: “eu tenho 34 anos, então em uma corrida de 100 metros, quem chega primeiro, quem corre com ou sem obstáculos? Minha mãe ficava mais feliz quando eu levava dinheiro para a casa do que quando tirava nota maior”. O desinteresse em educação também é visto como falta de vontade ou de investimento pessoal, resultando em discursos como o seguinte, que circulou no grupo, do “Participante 1”: “99,9% não estuda e não trabalha porque não quer; em Belo Horizonte tem gente que vive só de pedir”. O instituído se fortalece nesses meandros que produzem subjetivações reprodutoras da lógica dominante e, na maioria das vezes, sem posicionamento crítico.

Em nossa pesquisa, observamos que a incursão dessa masculinidade hegemônica leva à ausência de acolhimento da diferença e também produz uma cegueira frente às violências vivenciadas de forma concreta, pois a masculinidade negra também se subjetiva no racismo. Desta maneira, acredita-se que assumir ser vítima de uma violência estrutural disseminada em uma sociedade racista, sustentada por um contexto histórico de escravidão e exploração, é colocar-se no lugar do feminino, no lugar da comunidade do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, transgêneros e outros (LGBTQIAPN+), em lugar intolerável para a masculinidade, nesse caso, a subordinação, como aparece na fala que apresentamos anteriormente e em outras discussões do grupo.

Podemos direcionar a caminhada para uma crença de que “o preconceito não vai acabar nunca, vai vir várias gerações, isso nunca vai acontecer”, como diz o “Participante 1”; ou podemos continuar apostando nos movimentos instituintes, que podem promover transformações das masculinidades a partir das lutas sociais. Nesse contexto, a masculinidade negra enfrenta a difícil missão de se posicionar e de dar passagem a situações, práticas e movimentos instituintes em prol do reconhecimento de suas especificidades nas mudanças da posição social dos homens, mesmo que isso demande a admissão de seu lugar de subordinação frente à masculinidade hegemônica branca.

“Excluir é Violento?”

Para o “Participante 6, “quem tem mais de 40 anos não tem preconceito”, amparado na justificativa de antigamente dançarem as músicas “tipo carnaval, olha a cabeleireira do Zezé... e era só música, agora é tudo mimimi, uma chatice, na verdade”. O diálogo que atravessa a apropriação da masculinidade diante das novas realidades de gênero demarca a dificuldade de desacreditar o rito da binaridade, típico do conservadorismo.

Butler (2020) esclarece a lógica binária irremediavelmente aplicada à compreensão da relação “natural” entre gênero e desejo, apontando que “a unidade de gênero é o efeito da prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória” (p. 67). Assim, a masculinidade é permeada por imperativos, no caso, a imposição dessa heterossexualidade; além de provar não ser uma mulher, o homem precisa se afastar da homossexualidade (Welzer-Lang, 2001).

Para ser homem, “primeiramente tem que nascer do sexo masculino”, salienta o “Participante 4”, fazendo do órgão sexual o símbolo que valida a masculinidade. No entanto, isso não basta: ser homem é também relacionar-se com o outro sexo. Os referenciais biológicos definem o contorno das possibilidades afetivas para os homens (Nolasco, 1993). No grupo, ficaram evidentes duas lógicas discursivas que transitavam entre não aceitar formas de existir além da cisgeneridade e heterossexualidade e se distanciar da figura descrita como homofóbica por meio da recusa em discutir a temática da homossexualidade. O “Participante 9” afirma: “na Terra, Deus criou Adão e Eva, a igreja está mais liberal, mas isso de homossexualismo [grifo nosso] é errado”. Para Ribeiro e Comim (2017), a influência das religiões existentes no Brasil sustenta, em boa parte, a atitude de delineamento das expressões da sexualidade com base em sua normatização.

Welzer-Lang (2001) discute o conceito de heterossexismo, revelando a existência de uma promoção incessante pelas instituições de uma heterossexualidade dada como natural em detrimento a uma anormalidade subordinada – a homossexualidade –, engessando, assim, as fronteiras de gênero. Para Lourau (2004), a ilusão institucional e o desconhecimento das relações de poder são necessários para sustentar as normas vigentes e as relações sociais dominantes. Assim, a homofobia é parte contribuinte para a produção de provas da

heterossexualidade, pois os homens que não demonstram sinais contundentes de virilidade são associados à homoafetividade (Welzer-Lang, 2001).

Consequentemente, a heterossexualidade se torna a terceira prova da virilidade: após se distanciar da mãe, demonstrar não ser uma mulher, o homem precisa provar sua não homossexualidade. Por isso, a normalidade sexual é estabelecida como um instinto “natural”, no qual o objeto é outro sexo (Badinter, 1993). Nesse cenário, a homossexualidade surge como risco coletivo: o homossexual é considerado um traidor da construção da masculinidade.

Welzer-Lang (2001) aponta que toda forma de sexualidade diversa da heterossexual é desvalorizada; sem surpresas, bissexualidades, transexualidades, dentre outras, foram rechaçadas por alguns participantes e consideradas “libertinagem sexual”. Para Badinter (1993), a homofobia se liga a um medo particular de igualdade dos sexos, além de remeter ao temor da tomada de consciência das partes femininas de si, compostas primordialmente por sensibilidade e passividade, ambas consideradas sinais de fraqueza. Por fim, resta a violência como mecanismo da reificação dessa recusa de pluralidades dos modos de vivência da própria sexualidade. O “Participante 9” relata: “estava com minha menina no *shopping* e tinha dois homens beijando na boca, eu levantei e fui chamado de homofóbico. Eu falei, já matei dois e para matar mais um não mudo de roupa”. De acordo com o FBSP (2023), em 2022, foram registrados mais de 160 casos de homicídio doloso praticados contra o público LGBTQIAPN+ no Brasil, corroborando a fala do participante.

A dificuldade de diálogo nessa temática, como ocorreu no grupo, revela barreiras para o processo de construção de um mundo menos desigual e menos hierárquico. A contraposição entre masculinidade e homossexualidade é composta pela cisão dos homens em relação à expressão de seus afetos e de suas vulnerabilidades. Fica evidente que os afetos estão diretamente excluídos

enquanto possibilidade de expressão da masculinidade, afinal, o macho “puro” não tem nada de humano (Badinter, 1993). O manejo dos sentimentos está intrinsecamente relacionado com a perspectiva de vulnerabilidade, lugar este permitido apenas no campo feminino. O “Participante 8” salienta: “eu já ouvi: quero um homem forte e não sensível”, retratando os marcadores esperados da masculinidade, presentes também, em sua perspectiva, nas demandas das mulheres.

Dessa maneira, a masculinidade fica à mercê de sentimentos que não conseguem nomear, discriminar ou expressar (Nolasco, 1993). Badinter (1993) aponta que a agressividade contra homossexuais é um meio de tornar o conflito interno suportável, por meio da exteriorização. Nesse contexto, os participantes não relacionavam suas práticas violentas a seus conflitos internos, e sim delegavam essa responsabilidade a um terceiro, fora das normas e dos padrões. Quem é o homofóbico? Sempre um Outro, para o “Participante 1”: “Eu acho que a sociedade não aceita esse tipo de negócio, eu acho que eles fingem que aceitam, o pessoal é muito preconceituoso”. O receio de assumir a homofobia, bem como de ser retratado como homem que bate em mulher, aparentemente assusta os participantes. Intencionalmente e diversas vezes, os sujeitos reiteravam não se encaixarem nessas duas “categorias”.

Certamente, a diferença é ameaçadora. “Excluir é violento?”, questiona o “Participante 1”, genuinamente. Essa postura é ratificada na fala do “Participante 4”, que aponta: “acho que deveria ter um banheiro específico para travesti, não que eu seja preconceituoso, mas tem uma criança no banheiro de homem, aí entra uma mulher travestido de homem?”. A exclusão denota a insuportabilidade do convívio com a diferença, principalmente aquela que coloca a masculinidade à prova em sua tentativa de se distanciar daquilo que é subordinado: a homossexualidade.

Apesar de o “Participante 1” reiterar que: “vai levar anos para as pessoas aceitarem”, ainda se acredita na potência do instituinte para promover transformação no cotidiano. No grupo, isso surge na fala do “Participante 6”, que salienta, a partir de um vídeo sobre pessoas LGBTQIAPN+, que o “vídeo fala muito sobre não estigmatizar, não rotular, ser livre, questão de respeito, se não é feito com respeito, não é válido, enfoca bem que o respeito é principal”. Apostase nos espaços de diálogo acerca de questões acobertadas nas práticas da violência, que podem contribuir para a produção de um universo com menos desigualdade, inclusive a racial.

Considerações Finais

Como todo processo de institucionalização ocorre na disputa entre instituído e instituinte, de acordo com Lourau (2004), o grupo fez sua trajetória em meio a desassossegos e contradições, dentre elas as que apresentamos neste texto. Com certeza, o conflito entre instituído e instituinte é um movimento contínuo que não se esgota.

Em nosso estudo, observamos que os homens são pouco convocados a refletirem sobre o enfrentamento da desigualdade de gênero e a violência contra a mulher. Ao analisar com mais cuidado, majoritariamente os eventos que tratam de discutir o tema da violência contra a mulher são realizados e assistidos por mulheres. Isto aponta a necessidade do apelo à masculinidade para reconhecer, dialogar e promover juntos às mulheres ações de enfrentamento desta problemática.

Entretanto, sabe-se que este estudo não responde a toda complexidade da relação da masculinidade com a prática da violência contra a mulher e que ainda há resistências para dialogar sobre e com os algozes. Neste tocante, um contexto de 13 encontros se mostra incipiente para a demanda de compreensão da subjetivação da masculinidade. Desta maneira, espera-se que esta investigação incite a criação de mais pesquisas e contribua com os atores da rede de enfrentamento a violência contra a mulher de cada município para a elaboração de

estratégias as quais visem a superação das violências, considerando os homens nesse caminhar, favorecendo a construção de uma sociedade em que as diferenças não signifiquem desigualdades.

Uma atuação que extrapole a lógica punitivista e direcione os homens a um espaço de troca precisa ser considerado para melhor enfrentamento da violência contra a mulher na sociedade. Assim, será possível produzir reflexões que sustentem forças instituintes, de autoconhecimento e de suas relações amorosas, contornando hierarquias, julgamentos e agressões e que se expandam para além dos lugares instituídos do homem e da mulher.

É nessa dinâmica de tensões e possibilidades que o processo de institucionalização paulatinamente acontece, de modo a produzir espaço para o instituinte, carregado outrora de possibilidade de mudanças. Por fim, acreditamos que o enfrentamento ao fenômeno da violência contra a mulher somente ganhará materialidade quando os homens forem convocados a refletirem sobre a masculinidade e seus meandros, tais como suas relações com o campo do trabalho, com a sexualidade, com os afetos, com as relações amorosas, com outros homens e consigo mesmos.

Referências

- Anjos, I. (2019). *O silêncio dos homens* [Relatório]. Recuperado em 09 de dezembro de 2023, de
https://issuu.com/ismaeldosanjos/docs/osilenciodoshomens_desk?utm_medium=referal&utm_source=papodehomem.com.br
- Badinter, E. (1993). *XY Sobre a identidade masculina.* (M. I. D. Estrada, Trad.). Nova Fronteira.
- Barros, R. B., & Passos, E. (2019). Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In E. Passos, V. Kastrup, & L. Escossia (Org.), *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade* (pp. 172-200). Editora Sulina.
- Belarmino, V. H., & Leite, J. F. (2020). Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência. *Psicologia e Sociedade*, 32, e218781.
<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32218781>
- Bernardes, J. P., & Mayorga, C. (2017). Um Estudo sobre intervenções junto a Homens Autores de Violência Doméstica Contra Mulheres. *Revista de Psicologia (Santiago)*, 26(1), 133-147. <https://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2017.46691>
- Buttler, J. (2020). Sujeito do sexo/gênero/desejo. In J. Butler (Org.), *Problemas de gênero* (R. Aguiar, Trad., 20^a ed., pp. 17-70). Civilização Brasileira.
- Connell, R. (1995). Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*, 20(2), 185–206.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>

Fanon, F. (2008). O homem de cor e a branca. In F. Fanon. *Pele negra, máscaras brancas* (R. Silveira, Trad., pp. 69-82). EDUFBA.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.* Recuperado em 09 de dezembro de 2023 de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

Garcia, S. M. (1998). Conhecer os homens a partir do gênero e para além do gênero. In M. Arilha, S. G. Unbehau, & B. Medrado (Org.), *Homens e masculinidades: Outras palavras* (pp. 31-51). Editora 34.

Gonzalez. L. (2020). A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In F. Rios & M. Lima (Orgs.). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 43-57). Zaharp.

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). Cria mecanismos para coibir a violência e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Lei nº 13.984, de 3 de abril de 2020. (2020). Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento

psicossocial. Diário Oficial da União, Brasília. <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lein-13.984-de-3-de-abril-de-2020-251138826>

Lourau, R. (2004). O instituinte contra o instituído. In S. Altoé (Org.), *René Lourau: Analista institucional em tempo integral* (pp. 47-65). Hucitec.

Medrado, B., Lyra, J., Nascimento, M., Beiras, A., Corrêa, A. C. P., Alvarenga, E. C., & Lima, M. L. C. (2021). Homens e masculinidades e o novo coronavírus: compartilhando questões de gênero na primeira fase da pandemia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(1), 179-183. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.35122020>

Nolasco, S. (1993). *O mito da masculinidade*. Rocco.

Penido, C. M. F. (2015). A análise da implicação como dispositivo de transformação do processo de trabalho. *Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8(especial), 248-257. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v8nspe/07.pdf>

Ribeiro, L. M., & Comin, F. S. (2017). Relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, 29, 1-11. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29162267>

Rosa, L. W., & Falcke, D. (2014). Violência conjugal: Compreendendo o fenômeno. *Revista da SPAGESP*, 15(1), 17-32. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v15n1/v15n1a03.pdf>

Rossi, A., & Passos. E. (2014). Análise institucional: Revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. *Revista Epos*, 5(1), 156-181. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v5n1/09.pdf>

Saffioti, H. (2015). *Gênero, patriarcado, violência* (2^a ed.). Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.

Schucman, L. V., & Gonçalves, M. M. (2020). Raça e Subjetividade: Do campo social ao clínico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72, 109–123.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v72nspe/09.pdf>

Scott, J. B., & Oliveira, I. F. (2018). Perfil de homens autores de violência contra a mulher: Uma análise documental. *Revista de Psicologia da IMED*, 10(2), 71–88.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272018000200006&lng=pt&nrm=iso

Tokuda, A. M. P., & Souza, L. L (2022). Psicologia Social nos grupos com homens autores de violências contra as mulheres. In A. Beiras, D. F. W. Martins, S. S. S. Sommariva, & M. S. G. Hugil. (Orgs.), *Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: Perspectivas e estudos teóricos* (pp. 12–257). Edição Eletrônica.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: A dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460–482. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>